



**SECRETO**

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DA REUNIÃO DE 7 DE MARÇO DE 1975

## Fundação Cuidar o Futuro

Presentes todos os Ministros, com exceção dos Ministros da Educação e Cultura e da Administração Interna, bem como dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Sociais, substituídos respectivamente pelos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Social. Estiveram também presentes na reunião os Secretários de Estado da Agricultura, dos Transportes e Comunicações, o Subsecretário de Estado do Ambiente e o Secretário de Estado do Tesouro.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsede do Primeiro Ministro*

- 2 -

Antes da Ordem do Dia

1. Ex-empregados da Lusitânia

O Ministro das Finanças pediu autorização para que se faça a gestão das contas bancárias de um administrador da empresa em referência, para que seja possível proceder ao pagamento das indemnizações e salários aos empregados, que o administrador em causa não contesta mas tem havido dificuldade em concretizar.

Informou que o auditor jurídico considera esta actuação legal.

5

O Conselho autorizou a

Fundação Cuidar o Futuro

2. Admissão de monitores e sua remuneração

Não houve objecções.

O diploma considerou-se aprovado.

3. Cisão de sociedades com estabelecimentos em vários territórios ultramarinos.



**SECRETO**

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Coordenação Interterritorial apresentou um projecto de diploma que tem por objectivo facilitar a cisão a que estão propensas sociedades com estabelecimentos em vários territórios.

Disse que na versão actual foram tidas em conta as objecções do Ministro das Finanças e salientou a urgência da sua aprovação.

O Ministro das Finanças pediu mais tempo para formar a sua opinião, visto que ainda nem todos os seus serviços se pronunciaram.

A discussão ficou adiada.

Fundação Cuidar o Futuro

4. Recurso de um despacho do Ministro da Educação e Cultura

O Ministro Magalhães Mota informou o Conselho de que lhe foi dirigido um recurso interposto do despacho do Ministro da Educação e Cultura que determinara o encerramento do Externato Camilo Castelo Branco.

A norma que permitiria ao Conselho de Ministros apreciar este recurso foi, porém, revogada pela lei constitucional segundo a qual o mesmo recurso deverá ser decidido pelo S.T.A.

O Conselho deliberou não tomar conhecimento do recurso e remetê-lo ao referido Tribunal.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 -

*Subsidi do Primeiro Ministro*

5. Touring-Club

O Ministro da Economia leu a informação dos trabalhadores do Touring-Club relativa à permanência de um administrador que tinha já sido posta em causa.

Os administradores agradecem a confiança dos trabalhadores, continuam à disposição da empresa, mas pedem a demissão, que o Ministro da Economia acha que não deverá ser dada.

6. Junta Nacional do Vinho

O Ministro da Economia informou que uma força militar entrou na Junta sem ter sido solicitada a sua intervenção nem haver razão aparente que a justificasse, em consequência da falsa notícia de um conflito de trabalho.

O Presidente da Junta considera-se desautorizado pela forma como tudo se processou, pois não existe qualquer conflito de trabalho, e está em curso um inquérito em relação ao passado, que tem a colaboração dos trabalhadores.

Serão fornecidos elementos ao Ministro da Defesa, que esclarecerá o Conselho acerca da ocorrência.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 5 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

7. Acumulação de funções privadas com funções públicas que com elas se relacionem.

O Ministro da Economia informou o Conselho de ter proferido um despacho que obriga à apresentação de todos os pedidos de acumulação a nova decisão em determinado prazo.

Tem havido reacção de alguns sectores de funcionários públicos, que atacam o facto de o Ministério da Economia ter sido o único onde se tomou esta medida.

Distribuiu cópia do despacho, que pensa que será uma medida salutar e põe à consideração do Conselho.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Vitor Alves propôs que se transformasse esta medida em resolução genérica para toda a função pública, o que o Conselho aprovou, pedindo ao Ministro da Administração Interna que faça a necessária adaptação.

8. Suspensão de acções e execuções de despejo

O Ministro da Justiça justificou o diploma, que se destina a resolução transitória de problemas concretos para os quais ainda não foi encontrada solução satisfatória.

O diploma considerou-se aprovado.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 6 -

*Gabinete do Primeiro-Ministro*

9. Lei Eleitoral

O Ministro da Justiça apresentou um projecto de diploma interpretativo, que se destina a simplificação burocrática do processo eleitoral e considera urgente.

O Ministro Álvaro Cunhal disse não poder tomar posição sem ponderar antes as possíveis implicações, apesar de se tratar de um decreto interpretativo, pois há o perigo de suprir nulidades.

O Ministro da Justiça disse que o diploma não dispensa a apresentação de quaisquer documentos. Destina-se apenas a simplificar, através de interpretação que julga ser a mais correcta, e mais tarde terá perdido a oportunidade.

O diploma não foi aprovado.

10. Pessoal da C.G.D.

O Ministro das Finanças referiu novamente o problema de o pessoal da C.G.D. pretender entrar no sindicato dos bancários.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 7 -

*Subsídios do Primeiro Ministro*

Apresentou um projecto onde o princípio se admite com algumas reservas.

Deu conhecimento aos interessados da sua orientação, com a qual não concordam.

Propôs então a constituição de um grupo de trabalho com representação dos Ministérios das Finanças, Administração Interna e Trabalho, e do pessoal da Caixa.

Os trabalhadores da Caixa consideraram tratar-se de uma manobra dilatória e não aceitaram esta proposta. Querem reconhecimento imediato do princípio do sindicalismo e pensam que as condições poderão vir depois.

A verdade é que o pessoal da C.G.D., tem o estatuto do funcionalismo público, o que levanta problemas que têm de ser vistos.

Informou ter sido anunciado um plenário.

Leu a proposta dos trabalhadores que dizem que o Ministro das Finanças se opõe à sua sindicalização, e salientou que têm como objectivo entrar para o sindicato com todos os benefícios de que dispõem como funcionários.

O Ministro Magalhães Mota julga que o problema da C.G.D. já foi várias vezes tratado, bem como o da actuação dos bancários.

É precisa uma atitude que defina de maneira clara o que é colaborar e não colaborar com o Governo Provisório. Julga que há um objectivo claro - acumulação de benefícios.

*Subsídios do Primeiro Ministro*

Em sua opinião devia regulamentar-se que ficariam suspensos do estatuto da função pública os que optassem pela sindicalização enquanto o problema da sindicalização da função pública não estivesse resolvido.

O Ministro das Finanças não concorda, porque a Caixa não pode ter dois sistemas a funcionar ao mesmo tempo. Ou se decreta a sindicalização e se regulamos condições posteriormente, ou o contrário, tendo presente que a posição dos trabalhadores fica mais forte com a primeira alternativa.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Primeiro Ministro pensa que é mais razoável nomear a comissão para tratar desse assunto do que tomar uma decisão às cegas, para mais tratando-se de uma classe que não está em dificuldades e que deve ser capaz de compreender as razões que existem.

O Ministro das Finanças propôs que se fixasse um prazo para a comissão apresentar o resultado do seu trabalho.

O Ministro Melo Antunes também não vê outra hipótese senão o Governo manter a posição que tinha tomado.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Primeiro Ministro concordou com que se fixasse um prazo à comissão.

O Ministro Vitor Alves acha que se deve marcar sempre prazo às comissões.

O Ministro das Finanças disse que os trabalhadores em causa querem um representante dos sindicatos na comissão. Concorda com o princípio. Mas o problema é que há três sindicatos.

O Ministro Álvaro Cunha disse que os sindicatos dos bancários têm dado contribuição muito valiosa ao processo democrático e é preciso ter cuidado para não criar condições que prejudiquem esta situação.

Em relação à sindicalização da função pública, é também preciso muito tacto no tratamento dos problemas e não criar situações irreversíveis, mesmo que não se queira chegar a decisões nesta fase.

Crê que a generalização do despacho do Ministro da Administração Interna criaria dificuldades. Propõe que se reafirme que o direito de sindicalização da função pública está previsto na lei sindical.

O Ministro das Finanças concorda que se reafirme que se reconhece o direito do pessoal da Caixa à sindicalização.



*Subsídios do Primeiro Ministro*

O que está em estudo é a maneira como a sindicalização deve ser feita.

Quanto à colaboração, os trabalhadores têm sido na verdade correctos, mas vão aumentando os ordenados e os contínuos do banco ganham o dobro de um professor do liceu.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que são conduzidas contra os sindicatos bancários de Lisboa acusações políticas por não defenderem convenientemente os interesses dos trabalhadores, o que lhes cria dificuldades a vários níveis.

## Fundação Cuidar o Futuro

A verdade é que os comunistas tentam conter as reivindicações, colaborando com o Governo, e depois são acusados.

Do mesmo modo quanto aos preços, as decisões foram tomadas em Conselho e o PS lançou um manifesto violentíssimo contra o aumento, que em Conselho não viu condenado da mesma maneira.

Pensa que o problema dos bancários deve ser tratado com maleabilidade para não criar no sindicato fissuras que podem levar até à paralização dos bancos.

O Ministro do Trabalho alertou o Conselho para a existência de um estudo que aponta para salários mais elevados, nalguns casos do que a plataforma apresentada pelos sindicatos, estudo esse do qual sindicato e trabalhadores têm conhecimento, porque fazem parte da comissão que o elaborou, e que teme que venha a pôr o problema de novos aumentos, embora tenha prevenido os interessados de que

*Gabinete do Primeiro Ministro*

não deviam dar publicidade nem considerar definitivos os resultados desse estudo, sobre os quais o Conselho tinha ainda de tomar posição.

O Ministro das Finanças disse que os trabalhadores da Caixa pretendem também que esta seja autorizada a fazer já os descontos para o sindicato àqueles que o pedirem.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros salientou que a C.G.D. deve de ser encarada na sua situação real de abrangida pelo estatuto geral da função pública. O direito sindical de função pública não pode ser igual ao do simples trabalhador, num estado democrático.

Quanto ao sindicato dos bancários, muito haveria a dizer. Os salários são realmente muito elevados.

A aplicação da lei sindical no seu funcionamento democrático pode resolver muitos desses problemas.

Quanto ao manifesto referido pelo Ministro Álvaro Cunhal, foi a Federação do Porto que o lançou. Não é do PS, nem da Comissão directiva, nem do Secretariado. A situação no Porto é péssima. Há filas para gasolina, nas mercearias, etc. É ~~parece~~ grave, depois de estudar a situação, que os partidos da coligação se divorciassem desse movimento popular.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

A ideia da Federação foi integrar-se na manifestação anunciada para evitar que ela se transformasse na manifestação contra o Governo e as autoridades democráticas que certamente seria sem a sua integração. É uma aposta que fizeram. Está pronto a aceitar a crítica se a manifestação se transformar, mesmo assim, em ataque contra o Governo.

O Ministro Magalhães Mota disse que as várias apreciações, se bem que subjectivas, sobre a situação na banca, concordam num ponto. Acha que a colaboração a que o Ministro Álvaro Cunhal se referiu não é colaboração, dado que se fazem reivindicações excessivas a favor de uma classe já beneficiada por um grande distorção.

A C.G.D. já teve várias actuações e ameaças de actuações que prejudicaram o crédito que é público e provocaram dificuldades ao sector do crédito.

Há na verdade aspectos de colaboração, mas há outros que o não são.

A Intersindical procurou ontem atacar directamente membros do Governo, dizendo que o Ministro das Finanças estava a enganar os trabalhadores, etc.

Não são propriamente atitudes correctas.

Está, pois, de acordo em que tem havido alguma colaboração, mas não só.

Foi manifestado consenso no sentido de que o Ministro das Finanças reafirme que o direito à sindicalização não está

*Gabinete do Primeiro Ministro*

em causa , mas apenas a forma de o concretizar, de que seja pedido aos trabalhadores que apresentem um delegado dos sindicatos para a comissão de estudo deste diploma, e<sup>de</sup> que se marque um prazo para o termo dos trabalhos dessa comissão.

O Ministro Vitor Alves propôs, além disso, que se estabelecesse sempre prazo às comissões para apresentarem o respectivo relatório.

O Ministro da Administração Interna levantou objecções à redacção da proposta elaborada pelo Ministro das Finanças, que a justificou.

O Secretário de Estado do Tesouro propôs que se acrescentasse "a exemplo do que já existe com as outras empresas semelhantes".

O Ministro das Finanças voltou a referir que a dificuldade é que têm de perder a situação de funcionários públicos.

O Ministro da Administração Interna salientou que é necessário congelar os vencimentos do Banco de Portugal; levar a banca privada até esse limite; e, depois, chegar à uniformização com os funcionários públicos.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

11. Lisnave, Setenave, ENI, Minas da Panasqueira, Banco da Agricultura, TAP, FFH, etc.

O Ministro Melo Antunes referiu-se à escalada do processo reivindicativo desencadeado por grupos esquerdistas que têm tido uma acção muito violenta no sentido de mobilizar os trabalhadores para a exigência de novos aumentos de salários, demagógicos e incomp<sup>o</sup>rta<sup>o</sup>veis, actuação que tende a agravar-se em empresas extremamente sensíveis, como são as primeiras acima referi<sup>o</sup>das, por razões que apontou, e que estão em níveis de pro<sup>o</sup>ductividade muito abaixo do admissível. Pensa que se trata de casos particulares de uma situação geral criada no País.

O Governo tem de tomar posição quanto a estes assuntos. Julga que a nomeação de delegados do Governo ou administradores por parte do Estado poderá ser tentativa de os resolver de uma forma mais correcta.

Nas Minas da Panasqueira a situação também é difícil e também é necessário nomear com a máxima urgência delegados do Governo e delegados do Ministério d Trabalho que apre<sup>o</sup>ciem o que se está a passar e procurem conduzir as nego<sup>o</sup>ciações de forma a que não se atinjam aspectos dramáticos.

No Banco da Agricultura existem problemas de saneamento, que são também um caso particular de um problema mais geral.



*Gabinete do Primeiro-Ministro*

A posição que defende a este respeito é que deve ser dado direito de defesa às pessoas visadas.

No 1º grupo referido, há uma escalada de reivindicações salariais de uma classe de trabalhadores que já constitui uma aristocraciarelativamente aos demais trabalhadores da indústria.

Nos outros casos, são problemas de saneamento.

Acha que o Governo tem de tomar posição muito clara quanto a estas questões.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro do Trabalho referiu mais uma vez que estes casos, como outros, não podem ser encarados um a um, mas mediante resolução a nível geral.

Quanto à Setenave, as informações mais recentes de que dispõe é que a agitação seria consequência de uma tomada de posição por parte dos trabalhadores suecos. Informou ter sido convidado pela embaixada da Suécia a visitar esse país, com vista a que se encontre um compromisso ao nível dos sindicatos e do Governo.

Quanto à TAP, cuja situação mais uma vez historiou, julga que se devia tentar convencer a administração e os trabalhadores a constituir uma Comissão para averiguar os dados de facto que depois o Governo apreciaria.

*Gabinete do Primeiro-Ministro*

Informou ainda que a CUF propôs a nacionalização e que o Ministério do Trabalho tem estado a tentar convencer os trabalhadores de que a proposta era irrealista e a remeterem o saneamento para entidades isentas.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse que a situação na Lisnave e Setenave é realmente grave porque se trata de um dos raros sectores em que nos poderíamos defender, já que a nossa tecnologia é avançada, a mão-de-obra barata e as condições climáticas favoráveis.

As dificuldades estão ligadas à crise da energia, à crise do comércio internacional, ao facto de os trabalhadores dos países nórdicos, que não queriam reparar, quererem agora fazê-lo, entrando em concorrência com Portugal, com tendência para aumentar.

Seria importante uma intervenção do Governo, se se quer salvaguardar um sector em que podíamos ser competitivos.

Propõe que se intervenha junto da Lisnave e da Setenave, se faça com os países nórdicos acordo mais vasto, não só quanto ao sector da reparação e construção, mas num sistema global, dado que há sectores que podem ser partilhados entre os países nórdicos e o nosso País, e pensa que é de aproveitar a ida do Ministro do Trabalho à Suécia para tentar soluções.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu-se também mais uma vez à situação da TAP - posição dos trabalhadores e diligências oficiais efectuadas, concluindo por afirmar que a realidade da TAP, do ponto de vista financeiro, é agora incomparavelmente mais

*Subsidiário de Príncipe Ministro*

grave do que se previu quando se estabeleceu o limite dos 60 mil contos.

O Ministro Melo Antunes pensa que o Governo terá de tomar decisão que envolva a situação da TAP e possivelmente a intervenção .

Uma das causas da situação financeira catastrófica da TAP é o dinheiro que tem retido nas antigas colónias, particularmente em Moçambique. Prevê-se que o futuro Governo de Moçambique aceitará o investimento dessas verbas em empreendimentos locais, o que acarretaria para o Estado a necessidade de ir pagando à TAP, a curto prazo, mas por conta do que virá a receber no futuro dos recursos investidos em Moçambique.

O Estado tem de dominar esta empresa de uma maneira muito clara, podendo ir até à sua nacionalização.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse que o Governo de Moçambique tem sido compreensivo.

Deu informação sobre a situação em que se encontram as negociações Portugal-Frelimo e admitiu a hipótese de se estabelecerem mais relações com a Argélia.

O Secretário de Estado do Tesouro referiu-se a aspectos económicos e financeiros relativos à Lisnave e Setenave. Pensa que poderia haver interesse em que o Estado se transformasse em accionista destas duas empresas, por razões que

*Gabinete do Primeiro Ministro*

expôs.

Referiu que muitas vezes se tem de alargar plafonds bancários excessivos, com todas as consequências. Quanto ao saneamento, referiu que era no sector bancário das instituições privadas um prenúncio de contaminação de passagem ao sector público.

Deu informação sobre a situação neste aspecto, onde se verificam as maiores injustiças.

Tem, pois, que haver um processo de justiça, para que o saneamento se faça, mas com regras legais, de forma expedita, com intervenção de pessoas imparciais.

A Secretaria de Estado do Tesouro começa a não poder amparar pessoas nomeadas em Conselho de Ministros para instituições de crédito público e por quem tem o maior respeito, que são até exemplares em todos os aspectos, e pelo seu espírito democrático nem estão amarguradas, mas estão sentidas.

A TAP tem na verdade necessidade urgente de 300 mil contos para as necessidades imediatas e precisarã de muito mais.

Preocupa-o a TAP como empresa com possibilidade de sobrevivência, pelos erros que está a cometer e pelas repercussões a nível internacional. Há porventura problemas de gestão, mas também falta de tempo para planear, por parte da administração, em consequência das dificuldades levantadas pelo pessoal.

Propôs que à TAP fossem avançados os 300 mil contos cuja necessidade é indiscutível e se encarasse a hipótese



*Subsidi do Primeiro Ministro*

de a TAP por à disposição do Estado o pagamento dessa importância através do que vier a receber de Moçambique.

As críticas à administração resultam, em sua opinião, do facto de a empresa estar estruturada de uma certa forma que teve de ser alterada em consequência das modificações que houve.

Justificou a proposta.

O Ministro Magalhães Mota reafirmou que, perante toda uma série de sectores, há que ter uma visão tão ampla quanto possível.

O que acontece na maior parte do sector industrial português é que os rendimentos diminuíram entre 1973 e 1974.

Há grande número de empresas em dificuldades.

Quanto à Lisnave e à Setenave, criticou actuações que agravam as dificuldades em vez de procurar eficazmente resolvê-las.

Para além da intervenção estadual proposta pelo Secretário de Estado do Tesouro, pensa que devia haver desde já congelamento de salários acima do nível geral praticado em Portugal, sob pena de se vir a ter um desemprego de pessoas tecnologicamente preparadas para a construção naval e para nenhuma outra actividade.

Depois de analisar a situação da TAP, concluiu que a necessidade dos 300 mil contos justifica a intervenção nos termos do decreto-lei nº 660/74, confirmando-se a actuação da administração, chamando a atenção para se optar por re conversão total de modo a reduzir custos fixos, salientando que há pessoal a mais, muito subutilizado e fixan do, pelo menos, os actuais níveis salariais, altos re lativamente ao contexto da vida nacional.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

Outro sector em crise e que prepara nova crise importante é o sector textil ligado às malhas.

Deu informação sobre a situação deste sector, em cuja reconversão vale a pena pensar desde já porque não tem futuro.

Para além disto, pensa que há algumas situações que estão também a acontecer e que não são propriamente de ordem salarial ou de emprego, mas de natureza política.

Chamou a atenção do Conselho para que está prevista perturbação nos órgãos de comunicação social, problema para o qual vale a pena estar atento e ter desde já soluções preparadas. Também vale a pena estar atento a que todas estas situações são, de algum modo, muitas delas e nalguns sectores concretamente inflacionadas e animadas pela presença de elementos estranhos aos próprios sectores das intervenções, o que introduz um elemento político importante.

Outro aspecto para o qual vale a pena estar atento, dada a sua importância, é que inclusivamente algumas dessas pessoas aparecem intitulado-se como sendo militares.

Resumindo: há uma situação global em relação à qual importa ter medidas, pois há alianças de forças, nem todas certamente isentas, e está em causa a situação económica, e atrás dela todo o processo democrático.



*Subsídios do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que a situação em muitas empresas é de falência técnica. Outras há que são recuperáveis. Na construção naval há certas possibilidades abertas relativamente a países socialistas que podem ser exploradas. Quanto à situação financeira da TAP, é certo que o esquema salarial tem reivindicações irrealistas, mas o certo é que, quando se trata de problemas salariais, os que se atrevem a defender determinadas posições são isolados por todos os outros.

Há que sensibilizar a opinião pública para a greve da TAP e demais manifestações que se preparam com vista à deterioração da situação social e política no período que atravessamos.

É lamentável que em alguns destes sectores apareçam militantes dos partidos da coligação intervindo abertamente no processo.

O pretexto do aumento de salários vem do aumento de preços e apareceu um manifesto do PS. Pergunta que há-de fazer o PC, que esteve contra o aumento dos preços. A verdade é que o facto de os partidos se não entenderem para uma luta conjunta coloca dificuldades reais. O seu Partido não é favorável aos processos anárquicos de saneamento. Tem tido várias vezes intervenções nesse sentido. Ainda há pouco as opiniões que colheu acerca da situação no FFH foram coincidentes com a do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente. O que é certo é que esta situação se está a desenvolver de uma maneira perigosa.

Concretamente quanto ao saneamento no Banco da Agricultura, não tem informações.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto ao congelamento de salários, pensa que, depois do aumento de preços, pode ser muito perigoso, provocando uma crise geral, econômica e política, que muitas forças estão interessadas em desenvolver no nosso País.

Quanto à greve da TAP, é preciso saber se se aceita ou não. Se se aceita a greve, está de acordo. Não há desarmonia entre os trabalhadores. Se não se aceita, não pode um partido defender a política do Governo quando todos os outros a atacam. Não é sistema possível de funcionamento de uma coligação. Se se entra em grande concorrência de popularidade, o prejuízo final será para todos.

Não se ponha pois uma formação a lutar contra a greve para aparecerem depois todas as outras a favor. A TAP pode ir a uma paralização geral. Há quem admita que possa ser evitada, se houver uma afirmação do Governo de que não aceitará a greve. Mas os comunistas não podem ser os únicos defensores das medidas do Governo, como aconteceu com o aumento de preços apesar de ter estado contra na discussão.

O Ministro Vitor Alves recordou que, para a Lisnave e Setenave, está proposta a nomeação de delegados do Governo ou administradores por parte do Estado.



*Subsidi do Primeiro Ministro*

Quanto à TAP, lembrou que o problema actual não pode ser visto desligado do problema do passado, que não chegou a ser resolvido.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu que, proibir a greve, implicará a intervenção militar, que da outra vez não resultou.

Não sabe que medidas podem ser tomadas para reforçar a atitude de proibir a greve e, sem o saber, não pode tomar essa posição.

O Ministro Vitor Alves disse que <sup>o</sup> Conselho também não sabe, na medida em que isso envolve meios que não controla.

O Ministro do Trabalho disse que, se for decidido intervir nos termos do decreto-lei nº 660/74, segundo a proposta do Ministro Magalhães Mota, não sabe se não seria melhor esperar pelos resultados da reunião prevista para hoje.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que os trabalhadores pretendem concretamente saber qual é a posição do Governo. Já os informou da decisão que tinha sido tomada, que explicou devidamente e para a qual chamou a sua compreensão, mas sem ter conseguido obter acordo.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia referiu que o sector das malhas está integrado num sector que tem dado muitas preocupações - o sector textil. Informou que está um grupo a estudar a reconversão deste sector. Mas ela passa por uma considerável redução dos efectivos, que nesta altura se não pode concretizar. A Eurofil foi ocupada, o inquérito do Ministério das Finanças não apurou nada, não tem meios para responder a todas as ocupações que há.

O Ministro das Finanças disse que o funcionário do Ministério das Finanças não conseguiu detectar nada de anormal. Compraram matéria prima cara, mas todos o fizeram, porque se esperava que subisse mais.

O Ministro da Economia expôs também a situação portuária, que igualmente o preocupa muito, porque é um sector extremamente sensível.

O Ministro da Justiça disse não estar preparado para tomar posição.

O problema do Porto já foi esclarecido pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Quanto à TAP, o PS não teve intervenção no movimento

./.

*Gabete do Primeiro Ministro*

reivindicativo e não está de acordo com ele. Quanto à posição a tomar, há duas soluções: de negociação, que terá que ser conduzida nos limites que os Ministérios poderão indicar; de autoridade, que será ineficaz se os Ministros socialistas continuarem a ser constantemente atacados, se continuar a haver más relações pessoais entre os militantes de base dos partidos, se as Forças Armadas continuarem muitas vezes a não intervir e <sup>a</sup> dizer que não têm ordens para intervir, se a autoridade do Governo continuar a ser constantemente posta em cheque. Como o único partido que ocupa pastas de gestão e o seu, é sempre fácil atacá-lo, pois tudo, <sup>o</sup> mais são decisões do Governo.

Se o Governo Provisório não tem a parcela de autoridade necessária para fazer executar as decisões que toma, é melhor que seja remodelado.

O Governo também tem uma quota parte de responsabilidade que é preciso resolver, o que só se pode conseguir se for um Governo unido, com uma plataforma coerente de actuação.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse que o Ministro Álvaro Cunhal citou dois sectores em que os socialistas estariam envolvidos na campanha demagógica contra o Governo.

Quanto ao Porto, já explicou o que aconteceu, que se pensou que uma contramanifestação nunca seria útil e que a atitude tomada pode falhar mas é uma atitude responsável.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Pensa que foi feita ao seu Partido uma acusação grave, que devia ter apoio mais forte que um simples orador da TAP, esquecendo-se as centenas de locais de trabalho onde os Socialistas têm desenvolvido atitudes de defesa do Governo Provisório.

Também há muitas células comunistas a atacar o programa económico do Governo.

É preciso considerar a questão num âmbito mais amplo. Tem havido péssima compreensão entre trabalhadores socialistas e comunistas, que nascem da forma como aparecem certas comissões sindicais. Em segundo lugar, as tensões aumentaram quando da questão da unicidade. Os trabalhadores socialistas foram insultados, por vezes agredidos, e não suportam mais esta situação, em que por vezes se tenta até assimilá-los à maioria silenciosa, para decapitar o PS. Há ataques constantes. A pessoa na origem do comunicado da Capital é um membro do PC. Existe além disso um ambiente de anarquia generalizada que o PS começa a denunciar. O PS quer eleições. Não foi ele que as criticou, que disse que o povo português era reacionário, que o voto em pontos do País não tinha significado. Não está interessado em desenvolver ambiente de crise nacional. Não está de acordo com a greve geral e duvida que possa existir sem apoio dos trabalhadores socialistas. Mas não aceita ser constantemente atacado.

O Ministro das Finanças disse que a satisfação das reivindicações da TAP acarretaria um gasto que oneraria o resto do País, e salientou o facto de as greves neste País serem pagas, o que não acontece em mais parte nenhuma. E concorda que o Governo não tem qualquer autoridade.



*Subsídio do Primeiro Ministro*

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou como estava a ser conduzido o diálogo com os trabalhadores da FFH, que fora tomada decisão no sentido da suspensão imediata de piquetes, instauração de sindicância a tudo o que <sup>se</sup> passou por uma equipa a formar por um oficial superior da Armada, um juiz, um engenheiro e um observador nomeado pelos trabalhadores, não aceitação do saneamento do Presidente, mas promessa de que não entraria até a realização da sindicância.

Informou que não pactuará com o afastamento do Presidente, embora aceite que se tenha feito a tentativa de diálogo. Julga que é altura de tomar decisões firmes e definitivas.

Os trabalhadores mantêm a sua decisão.

Acha que não pode haver mais cedências desta natureza.

O Ministro Vitor Alves disse que a polícia retirará os piquetes.

O Ministro da Economia, uma vez que perante uma infracção da vida normal da função pública durante 72 horas se admitiu o diálogo, pensa que agora não é coerente entrar numa actuação repressiva.

O Ministro Vitor Alves disse que já se tinha decidido que os piquetes fossem retirados.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente propôs a retirada dos piquetes, ocupação do edifício, entrada no edifício de apenas quem quer trabalhar.

Levantado o problema de demissão de quem não quiser trabalhar,

O Ministro da Coordenação Interterritorial lembrou que isso só é possível depois de esgotado o nº de faltas injustificadas que para o efeito a lei estabelece, o que se poderia clarificar.

O Ministro Melo Antunes concorda com a proposta do Ministro da Coordenação Interterritorial. É a favor da proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, com explicação de que se começará a marcar faltas a quem não quiser trabalhar, até ao limite que justifique a demissão por abandono de função.

Deverá, pois, ser rapidamente comunicado ao Ministério da Administração Interna que se deve acabar com os piquetes, e feito o aviso de acordo com a proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, completada com a proposta do Ministro da Coordenação Interterritorial.

O Ministro Magalhães Mota salientou que vai ser difícil cumprir uma decisão deste tipo.



*Subsidi. do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que o F.F.H. tem 570 trabalhadores no conjunto, há 80 que actuaram activamente neste processo, uns 50 que se têm oposto e o resto é uma massa que anda ao sabor dos acontecimentos.

O Ministro Vitor Alves disse que, se não trabalharem, se entra numa fase em que competirá ao Ministério actuar de acordo com a lei em vigor.

O Ministro da Coordenação Interterritorial disse que, se não se generaliza a actuação, estes trabalhadores creem-se vítimas.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Vitor Alves disse parecer-lhe que o consenso do Conselho se manifestou no sentido de que o Ministro da Administração Interna providenciasse para que os piquetes fossem retirados o mais urgentemente possível do F.F.H. e o pessoal avisado de que só entraria quem quisesse trabalhar e aos outros começariam a ser marcadas as faltas injustificadas, que ao fim de 30 configurariam o abandono de lugar com as consequências que a Lei estabelece.

O Primeiro Ministro pediu aos representantes dos partidos que tomassem esta decisão como decisão do Governo e que nenhum partido da coligação a contrariasse no exterior. Pediu, por isso, que se pronunciassem agora, se entendessem dever fazê-lo.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Magalhães Mota disse que já se tinham pronun-  
ciado.

O Ministro Álvaro Cunhal disse não ter objecção a pôr  
no caso concreto da F.F.H. ao qual a decisão lhe pare-  
ce adequada. Quanto à generalização, pode criar dificul-  
dades aos Partidos.

Quanto à atitude a tomar pelos partidos relativamente  
às decisões do Governo, continua a considerar em vi-  
gor o acordo em tempos estabelecido.

O Primeiro Ministro disse que se referia a este caso  
concreto, pois outros que apareçam terão de ser discu-  
tidos. Que esta decisão se votará, se acharem conveni-  
ente.

O problema que põe é o de, tomada uma posição, os  
partidos da coligação não a contestarem.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse  
que os Ministros Socialistas vão prevenir o seu Partido  
de que aceitam e apoiam a decisão proposta.

Aproveita a oportunidade para lembrar que a situação  
do País é grave, que se trata de um problema nacional,  
que tem de se reagir enquanto é tempo para salva-  
guardar a democracia, e que sobre ele tem de se fazer  
o encontro do Governo e da J.S.N.

Assentou-se com o Ministro da Administração Interna  
na forma de executar a decisão.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado da Segurança Social referiu que, na hipótese de amanhã em outro departamento haver piquetes, será difícil para os membros do Governo actuarem, visto que cada caso é cuidadosamente estudado em Conselho.

O Ministro Vitor Alves respondeu que as regras sobre as quais assenta a função pública não foram alteradas.

O Secretário de Estado da Segurança Social vê vantagem em dizer que, em princípio, não são autorizados piquetes e ocupações de serviços públicos, salvo se num caso concreto o membro do Governo responsável vir que há justificação.

O Ministro da Administração Interna referiu que é de admitir que estes casos se repitam, e queria abordar precisamente, como ponto complementar, que o membro do Governo responsável possa recorrer directamente às autoridades policiais.

Pensa que o Ministro da Administração Interna não deve estar sempre envolvido para resolver estes problemas.

O Ministro Magalhães Mota acha que é necessário haver uma orientação de base, para não se correr o risco de se tomar hoje uma actuação e amanhã outra, para evitar decisões contraditórias e discriminatórias, pois o problema é global.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Justiça salientou que, neste ambiente, o Governo nem pode funcionar como Governo, embora a importância dos casos justifique uma tomada de posição global.

No fundo não há vontade de exercer a autoridade. Até as Forças Armadas acusam os partidos. O próprio Primeiro Ministro o fez. Se há regras, o contrato tem de ser cumprido. É preciso que haja legalidade revolucionária.

O Primeiro Ministro disse que este caso se revestiu de características especiais e concorda que se ponha o problema geral de acordo com a proposta dos Ministros Magalhães Mota e da Justiça.

O Ministro da Administração Interna acha que, sempre que haja confronto entre o Governo e os trabalhadores, há que sair do impasse com reforço da posição do Governo, justa e equilibrada, pois estão em causa princípios e valores que se sobrepõem às questões acessórias que se levantem quanto aos pormenores das situações.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu que, além dos três partidos que se comprometem a defender a decisão tomada, há outros.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 33 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Está certo de que nenhum dos partidos da coligação teve qualquer influência na acção desenvolvida no Fundo.

Houve até defesa da posição correcta.

Quanto aos outros partidos, não sabe se se poderá obter ajuda a este processo. Talvez por parte de alguns isso aconteça. E assim poderia ser possível uma separação entre os que querem e os que não querem colaborar.

O Ministro da Coordenação Interterritorial pensa que se podia aproveitar as oportunidades, estes e outros casos paralelos, para reforçar a autoridade do Governo, considerando esse reforço como um objectivo em si, pois está generalizada a ideia de que não há Governo.

O Primeiro Ministro disse ter determinada ideia sobre a autoridade do Governo, e que o problema não lhe é estranho nem ao MFA.

Pensa que o Governo tem culpa de ter essa falta de autoridade, mas porque tem havido vários casos em que se tem medo de exercer uma autoridade revolucionária. Lembra-se dos problemas que levantaram os casos da Torralta e do BIP.

Tem havido indefinição política, pois, depois de se ter feito a descolonização e dado as liberdades públicas, tem havido muita falta de autoridade no campo econômico.

./.

*Subsídios do Primeiro Ministro*

Se tivesse havido uma acção mais firme quanto aos centros do poder económico, está convencido de que a autoridade do Governo estaria hoje noutra plano.

O Ministro Vitor Alves referiu que, quanto à Lisnave e à Setenave, não se deve hesitar na nomeação de delegados do Governo ou administradores por parte do Estado, visto que o Ministro Melo Antunes disse que isso acalmaria a situação.

Parece que seria urgente que o delegado do Banco de Portugal fosse para o Banco da Agricultura.

O Ministro das Finanças disse que já lá está um, mas só tem como função acompanhar os problemas de crédito e não acompanhar conflitos laborais, o que é da competência do Ministro do Trabalho.

O Ministro Vitor Alves disse que o problema do Banco da Agricultura é um problema de saneamento. Quanto à Lisnave e Setenave, perguntou se o Conselho concorda que a solução seja, conforme proposto, a nomeação de delegados do Governo.

O Ministro da Economia julga que essa será uma solução parcial.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes disse que isso não vai resolver para já o problema do conflito global. Mas é uma indicação do Governo de que não quer abandoná-lo, podendo além disso fazer-se um diagnóstico mais correcto e imparcial da situação.

Quanto ao Banco da Agricultura propôs uma tomada de posição pública do Governo sobre saneamento, elaborando-se um comunicado do Conselho de Ministros no sentido de que o Governo não aceita como legítimo que se proceda a saneamentos selvagens, mas apenas através de comissões de inquérito. Isto em primeira fase. Depois se veria o que fazer mais neste ponto.

Quanto à Panasqueira, propõe que se nomeiem delegados do Governo, o que o Ministro da Economia disse ser sempre possível nas minas.

O Conselho aceitou que se procedesse a rápida nomeação de delegados do Governo na Setenave, Lisnave e Panas - queira, que rapidamente informarão o Governo da situação e proporão medidas, e que para o Banco da Agricultura se elaborasse o comunicado sobre saneamento.

Quanto à ENI, o Ministro do Trabalho actuará pela forma que julgar mais conveniente.

O Secretário de Estado da Segurança Social disse que os delegados têm funções de gestão, técnicas e económicas. Se vão ter que intervir em conflitos de trabalho, têm de satisfazer novos requisitos, pois é preciso que tenham uma atitude que inequivocamente mostre aos trabalhadores que estão ao seu lado para que possam ter o tipo de

*Gabinete do Primeiro Ministro*

acção que se pretende, o que até aqui julga que não tem acontecido.

O Ministro da Defesa chamou a atenção do Conselho para a existência da nova lei sobre saneamento.

O Ministro Melo Antunes salientou que esta é a posição do Governo, independentemente de qualquer tomada de posição da Junta.

O Secretário de Estado da Segurança Social perguntou se já tinha havido diálogo do Governo com as organizações sindicais sobre este assunto, e se não seria melhor tentar a coordenação destas actuações antes da saída da comunicação.

O Ministro do Trabalho disse que a situação sindical é muito difícil, porque aparecem agrupamentos esquerdistas entre os trabalhadores, e os sindicatos têm muitas vezes dificuldades em resolver as situações. Quanto à Panasqueira e outros, isso é determinado em muitos casos por falta de sindicalismo em certas condições, designadamente de um sindicalismo vertical.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes pensa que, não obstante, nesta situação se podia fazer esta tentativa.

O Ministro do Trabalho acha que têm de ser tomadas medidas globais.

O Secretário de Estado da Segurança Social disse que o problema do saneamento é muito complicado, porque, se os trabalhadores não o fazem, ninguém o faz.

O Ministro do Trabalho, a propósito de uma carta enviada a vários Ministros pelos químicos, fez vários esclarecimentos. Informou que vai tomar medidas concretas para que as eleições previstas se realizem. Perguntou se o Conselho tinha alguma coisa a opor a que o sindicato fosse aberto para uma vida normal, com eleições democráticas garantidas.

O Ministro da Justiça disse não estar informado por forma a poder tomar decisões sobre problemas dos quais não foi avisado com antecedência, mas que entende tratar-se de um problema que não é colegial, mas da competência do Ministro do Trabalho.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes resolveu modificar a sua proposta no sentido de que o Governo aguarde a tomada de posição da JSN, reforçando-a depois com a sua própria tomada de posição conforme atrás preconizou.

O Ministro Vitor Alves pediu ao Ministro da Defesa uma palavra da JSN para saber se é sua intenção tomar a posição que se referiu. Se assim não for, repor-se-á o problema a nível governamental.

5

ORDEM DO DIA Fundação Cuidar o Futuro

1. Súmulas

1.1 Aditamento à súmula de 3/2/75

Foi aprovado com as seguintes alterações:

- 1.1.1. A págs 2, 3º parágrafo, seguidamente a "diferença para os preços reais" deve acrescentar-se

"O açúcar é, aliás, um exemplo de que o País não vive isolado antes na dependência da comunidade internacional, nem tem encontrado os auxílios que alguns julgam obteria com toda a facilidade"



- 1.1.2. A págs 3, 4.a linha, onde se lê  
"relativamente ao açúcar para um real"  
deverá ler-se  
"relativamente ao açúcar para um preço próximo do real"
- 1.1.3. A págs 3, 4.a linha, onde se lê  
"real e já visto"  
deverá ler-se  
"real e já foi visto"
- 1.2. A súmula de 5/2/75 foi aprovada com as seguintes alterações:  
Fundação Cuidar o Futuro
- 1.2.1. A págs 14, 4º parágrafo, onde se lê  
"está a ficar caro e não resolve"  
deverá ler-se  
"está a ficar caro e, com a possível excepção do Algarve, não resolve, designadamente em Lisboa, as carências...."
- 1.2.2. A págs 15, falta referir que foi aprovada a referência prioritária às explorações familiares e cooperativas.
- ./.

2. Brisa

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu-se ao problema das auto-estradas e respectiva concessionária e às possíveis opções a tomar, apresentando a sua proposta, que pôs à consideração do Conselho.

Assim, entre a execução e a não execução das auto-estradas, propos a execução, que o Conselho aceitou.

Entre manter e anular a concessão, propos a manutenção, à qual o Conselho não pôs objecções.

Entre executar os troços inicialmente previstos, garantir a execução de parte dos troços e estudar os restantes, e executar parte dos troços, propôs que se garantisse a execução de parte dos troços e se estudassem os restantes, com o que o Conselho concordou.

Entre manter-se e rever-se o contrato de concessão, propôs a revisão, o que o Conselho aceitou.

Quanto à questão de o Estado participar ou não no capital, propôs que o Estado participasse, o que foi aprovado.

Quanto à questão de o Estado tomar já posição majoritária, tomar posição minoritária constante, ou tomar posição minoritária que progressivamente vá aumentando, optou por esta última solução.

O Secretário de Estado do Tesouro disse que lhe repugnava esta proposta.

Acha que o Estado deve entrar maioritariamente e com maioria na administração.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Só aceita a manutenção da Brisa por razões muito ponderosas apresentadas pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente.

O Ministro da Economia é contra uma entrada de dinheiro fresco sobretudo para uma posição minoritária.

O Ministro Melo Antunes também não aceita a posição minoritária por parte do Estado.

O Secretário de Estado das Obras Públicas apoia o Secretário de Estado do Tesouro, cuja posição é aquela que inicialmente também tomou.

O Ministro Magalhães Mota analisou a situação da Brisa e inclina-se também para a solução do Estado com maioria.

O Secretário de Estado do Tesouro entende ainda que a posição do Estado não deve limitar-se aos 51%, mas ser da ordem dos 60% e subindo gradualmente.

O Conselho aprovou que o Estado tomasse posição maioritária.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto a indicar ou não fonte de financiamento interno, o Secretário de Estado do Tesouro expos as condições de financiamento que considera mais adequadas.

O Ministro da Economia, uma vez que o Estado toma a posição, acha indispensável a revisão dos estatutos da empresa.

O Ministro das Finanças acha que nesta revisão se deviam reduzir ao mínimo os troços a construir.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que será tido em conta o plano nacional de transportes.

O Conselho aceitou as condições de financiamento propostas pelo Ministro das Finanças que o Secretário de Estado do Tesouro transmitiu ao Secretário de Estado das Obras Públicas.

**SECRETO**3. Bolsa

O Ministro das Finanças acha que a bolsa de acções não deve ser aberta antes das eleições.

A sua proposta é, pois, que não seja aberta agora, mas que se comece a estudar a sua abertura para depois das eleições. E que se abra agora a bolsa de obrigações, uma vez por semana.

O Secretário de Estado do Tesouro pensa que devia ser nomeada uma comissão que estudasse a fundo o problema da Bolsa, tomando como base o trabalho que foi distribuído e outros que já existem.

Pensa que haveria vantagem em ter uma análise crítica do problema pelo Governo e que se podiam por em prática certas medidas preconizadas na nota distribuída.

O Ministro Magalhães Mota manifestou-se contra a negociação pelos corretores dos títulos anunciados.

O Conselho aprovou a proposta do Ministro das Finanças.

O Ministro das Finanças propôs que no comunicado de hoje se anunciasse a reabertura da bolsa para obrigações, e que foi nomeada uma comissão para estudo do problema da reabertura da bolsa de acções.

*Substituto do Primeiro Ministro*

4. Fundo de Fomento Florestal

O Ministro da Economia apresentou nova versão do diploma que cria o imposto de desenvolvimento florestal, elaborado de acordo com as objecções levantadas pelo Ministro das Finanças à versão anterior.

O Ministro das Finanças manifestou o seu acordo com esta versão.

Não houve mais objecções. O diploma foi aprovado.

## Fundação Cuidar o Futuro

5. Presidente da comissão interministerial de saneamento

O Ministro Melo Antunes, a substituir o Primeiro Ministro, ausente da reunião, informou o Conselho de que o Primeiro Ministro propusera que a nomeação do presidente da comissão interministerial de saneamento recaísse sobre um militar.

O Conselho aceitou a proposta, ainda que para a concretizar seja necessário elaborar um decreto.

6. Lei das Associações patronais

Foi reconhecida a conveniência de se introduzir um artigo a revogar o diploma anterior.



## 7. Projecto de Decreto-Lei sobre terrenos baldios.

O Secretário de Estado da Agricultura justificou o projecto, que disse traduzir o pensamento das populações ouvidas.

O Ministro Magalhães Mota confirmou que ele corresponde a aspirações muito sentidas e muito presentes nas populações envolvidas, pois ainda hoje a aplicação da lei de 1938 se não faz facilmente.

Pensa no entanto que há aqui um problema essencial, que é o ordenamento do território em relação à montanha, e para além disso, que havia a ter em conta alguns aperfeiçoamentos, para evitar a destruição das matas.

Outro ponto é que a política dos baldios conduziu a resultados ainda não totalmente corrigidos.

O regime da colonização interna previa um sistema jurídico complexo, que julga errado de um ponto de vista de técnica jurídica e provoca dificuldades de registo.

O Ministro da Justiça referiu que estes são os baldios que



foram apropriados pelo Estado. Alguns foram também apropriados por particulares. Está a estudar esse problema. Mas pergunta ao Conselho se entende que se resolva já.

O Ministro Álvaro Cunhal perguntou qual o ponto de partida deste decreto no que diz respeito ao inventário. Disse ter havido partilhas de baldios e construção de imobiliários, o que está a provocar conflitos.

Pensa que talvez se pudesse examinar os casos ~~contestado~~, mesmo mais antigos, como aqueles a que o Ministro da Justiça se referiu e que as populações voltam hoje a por, e introduzir uma disposição que os previsse. Há também casos de concessões feitas e que podem não ter sido suficientemente aproveitadas. E poderia também fazer-se qualquer referência à situação dos foros.

O Ministro Magalhães Mota pensa que este diploma se destina a resolver as situações de baldios para fins florestais. Disse haver outras a ter em conta e vários organismos a tomar posição sobre o assunto.

Acha que também valia a pena suspender a possibilidade de as



autarquias alienarem os ex-baldios nelas integrados enquanto esse problema se revê, Quanto ao problema das apropriações individuais, que também interessava ter em conta, poderá ser tratado pelo Ministro da Justiça.

Referiu seguidamente o caso da alienação dos terrenos baldios para fins considerados de utilidade pública - zonas de duna e pinhal utilizadas para fins turísticos, e o dos baldios com aptidão agrícola não florestal que foram sujeitos ao regime de colonização interna, onde terá de se ir a um encontro de interesses porque há pessoas que transformam terrenos, fazem casas, etc.

São, portanto, mais os pontos a rever, além dos previstos.

O Secretário de Estado da Agricultura disse não ter tido só em vista os baldios com destino ao regime florestal. O diploma é mais vasto. Os baldios submetidos ao regime florestal são restituidos. Relativamente aos que não estavam no domínio do Estado, as populações teriam de promover as acções.

O Ministro da Justiça interpretou o diploma como dizendo apenas respeito ao regime florestal. Há que definir se assim é. Se abrange todas as situações, parece-lhe legalista em excesso.



Quanto às transmissões, não sabe se fica claro que, quando os povos pretendam aproveitar esses baldios, não podem fazê-lo para fins de natureza individual.

O Ministro Álvaro Cunhal não sabe se as disposições relativas aos outros casos não deviam vir no fim, em vez de estarem nos nºs 2 e 3 do artigo 1º.

O Ministro da Justiça pensa que se devia fazer um decreto muito claro quanto aos florestais, ressaltando embora desde já outras situações a salvaguardar.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado da Agricultura disse que no Estado estão cerca de 500 mil hectares e que qualquer legislação que saia deve ser simultânea para o que foi apossado pelo Estado e para o que foi apossado por particulares, porque as populações estão a contar com isso.

O Subsecretário do Ambiente disse que o problema com os serviços florestais resulta de a floresta ter vindo ocupar zonas de que as populações precisam para a sua agricultura. O problema fundamental é que o gado desaparece e que toda a economia das populações foi afetada. Além disso, grande parte dos baldios foi substituída por floresta industrial, que não é portanto floresta de produção. Há que pensar que



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

uma agricultura de montanha depende mais do gado.

O Ministro Magalhães Mota propôs que ficasse posta a nota de que o diploma é aplicável aos florestais, e<sup>se</sup> passasse à especialidade.

O Conselho aprovou.

Preâmbulo.

O Ministro Magalhães Mota acha-o demasiado extenso.

Artigo 1º

O Ministro da Economia propôs que a definição (nº1 do artigo 1º) seja um artigo único, que pode ser o 1º.

O Ministro Magalhães Mota apresentou nova redacção tendo em conta que, se se admite no campo dos princípios que o Estado faça a exploração, não há razão para que não se admita neste diploma.

O Ministro Álvaro Cunhal e o Secretário de Estado da Agricultura não concordaram com a proposta.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 50 -

O Subsecretário de Estado do Ambiente apresentou também uma proposta:

"Os povos podem retomar a exploração directa dos baldios sempre que desejarem desde que não resultem inconvenientes para o fundo de fertilidade em geral".

O Ministro Melo Antunes referiu que aqui se trata de restituir aos povos direitos consuetudinários altamente desejados pelas populações.

Tenta-se ligar a tradição com formas modernas de exploração, dando às comunidades locais possibilidade de se autogovernarem no que diz respeito aos baldios, embora sem deixar que o solo se degrade.

O Estado intervém como elemento de dinamização, e não em termos de reforma agrária, como quando intervenha quanto às grandes propriedades.

O Ministro Magalhães Mota disse que a ideia assentou num conceito de utilidade, de eficácia, de subordinação dos interesses privados ao interesse público. Entende por isso que o interesse público devia sobrepor-se, mas até porque não



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 51 -

estamos a regressar inteiramente às formas antigas, haveria que introduzir factores de correcção que podem ir até ao ponto de ser o próprio Estado a intervir no processo. Acha que se deve fazer a reserva de intervenção do Estado em pleno, se for caso disso.

O Subsecretário de Estado do Ambiente discordou, porque há que escolher entre uma política e outra.

Não encontra um tipo de agricultura moderna que possa substituir a agricultura tradicional.

Acha que se se quer povoar por pessoas com qualidade de vida, se deve ir para uma agricultura de tipo de montanha.

O Secretário de Estado da Agricultura disse que se procurou atender tanto ao ponto levantado pelo Ministro Magalhães Mota como ao levantado pelo Subsecretário de Estado do Ambiente. Não se está a pensar apenas em floresta, mas também em utilização racional. Mas há que investir. As comunidades não têm meios. Daí certas soluções adoptadas.

Julga que o diploma, tal como está, com estas hipóteses, satisfaz. O que é preciso é basear sempre a actuação no diálogo.

*Subsede do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes está absolutamente contra a exploração dos baldios só pelo Estado, mesmo sob a forma de arrendamento.

O Subsecretário de Estado do Ambiente não vê o Estado a substituir a população, mas a fornecer-lhe maquinaria, créditos, etc, de que ela precise.

O consenso do Conselho foi contra a proposta do Ministro Magalhães Mota, que por isso não a pôs à votação.

O nº 2 do artigo 1º passou para artigo 2º.

Quanto aos nºs 3 e 4, de aplicação fora dos baldios florestais, o Secretário de Estado da Agricultura leu uma proposta do Primeiro Ministro .

O Ministro Magalhães Mota propôs que o que não disser respeito aos florestais passe para outro diploma, saindo embora os dois ao mesmo tempo.

O Ministro da Justiça disse que os baldios que não são do Estado vão provocar um foco de agitação social, pelo que deviam ser canalizados para uma comissão idónea que fizesse uma demarcação.



O Ministro Magalhães Mota insistiu na proposta de que este diploma ficasse só para os florestais.

O Ministro da Justiça insistiu, por sua vez, em que devia haver um organismo idóneo que atendesse as reivindicações locais.

O Ministro Magalhães Mota sugeriu que o Ministro da Justiça e o Secretário de Estado da Agricultura estudassem melhor a forma do diploma, ficando o nº 1 do artigo 1º do projecto como artigo 1º e o nº 2 como artigo 2º.

O Conselho deliberou eliminar deste diploma o que não diga respeito aos florestais, isto é, os nºs 3 e 4 do artigo 1º do projecto,

Artigo 2º

O Ministro da Economia tem dúvidas quanto ao nº 3 do artigo 2º do projecto, que passou para artigo 3º.

O Ministro Magalhães Mota propôs para o nº 1 a eliminação de "e por decisão da comunidade", com o que o Conselho concordou.



O Ministro da Economia propos que, no nº 3, substituisse "alegislar pelo Governo" por "por decreto regulamentar", o que o Conselho também aceitou.

O nº 5 do artigo 1º do projecto passou para artigo 4º, sob proposta do Ministro da Economia.

#### Artigo 3º

O artigo 3º do projecto passou para artigo 5º.

Quanto ao nº 1, não houve objecções.

Quanto ao nº 2, o Secretário de Estado da Agricultura sugeriu que se aditasse "as quais terão em conta o ordenamento do espaço rural".

Intervieram ainda na discussão o Subsecretário de Estado do Ambiente, e os Ministros Magalhães Mota e da Justiça.

Finalmente, o Ministro da Economia propos e o Conselho aceitou que se substituisse, no nº 3, "a ratificação dos povos interessados por intermédio dos seus legítimos representantes" por "a ratificação dos utentes".

#### Artigo 4º

O corpo e as alíneas a) e b) deste artigo (actual artigo 6º) tiveram alterações propostas pelos Ministros da Economia e Magalhães Mota.

Assim, substituiu-se, no corpo do artigo, "povos interessados" por

Fundação Cuidar o Futuro



*Gabinete do Primeiro Ministro*

8. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente leu o comunicado sobre o F.F.H.

O texto foi discutido em intervenções dos Ministros Álvaro Cunhal, Melo Antunes, da Comunicação Social, Magalhães Mota e da Justiça.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente delegou no Ministro da Comunicação Social a redacção definitiva.

9. Apreciação do projecto de decreto-lei relativo à re-  
pressão pela alteração de matrículas de veículos au-  
tomóveis

Este ponto foi retirado e proceder-se-á à reformulação do diploma.

10. Adjudicação de um crédito para a Ilha da Madeira

O Secretário de Estado do Tesouro apresentou a proposta de adjudicação, justificando-a, informando que o crédito será administrado pela Junta do Planeamento e chamando a atenção do Conselho para a sua urgência.

O Ministro Magalhães Mota ausentou-se nesta altura.



*Subsidiado do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes salientou não haver ainda uma visão global dos problemas que atingem a Ilha da Madeira. Gostaria que fosse recomendado à Comissão que desse ao Conselho de Ministros um relatório sobre a situação da Ilha, porque há outras zonas do País que têm também situações muito graves e não estão a receber a mesma ajuda.

Para a situação imediata de a Comissão poder trabalhar, concorda com a adjudicação.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou tratar-se de um cheque em branco.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado do Tesouro informou estarem em causa infraestruturas, escolas técnicas, melhoramentos no porto, etc. e que o Secretário de Estado das Obras Públicas dispõe de elementos.

O Conselho concordou com a adjudicação, mas o Secretário de Estado do Tesouro vai definir as respectivas regras.

### 11. Sociedade Financeira

O Ministro das Finanças informou estar em causa uma dívida de 160 mil contos, muito mais fraudulenta do que as outras, pela qual, a não ser paga, será protestada a Sociedade Financeira, que é na verdade a responsável e é do Estado Português, e que o não pagamento pode arrastar um problema muito grave.



O Ministro da Justiça lembrou ter-se deliberado que se constituísse uma comissão de vários Ministérios para haver uma visão de conjunto destes casos e para a qual vai nomear o seu representante.

O Conselho autorizou o pagamento da dívida.

12. Polícia Judiciária

O Ministro da Justiça pediu urgência na aprovação de dois projectos que apresentou relativos à polícia judiciária.

13. Obrigações do Tesouro

O Secretário de Estado do Tesouro informou estarem já colocados 4 milhões e 600 mil contos.

Pediu que a Junta do Crédito Público e a C.G.D. ficassem com liberdade de atender subscrições de emigrantes até ao fim de Março, como excepção e para satisfazer pedidos de emigrantes cujas remessas triplicaram em Janeiro e Fevereiro em relação ao ano anterior.

O Conselho deu a autorização solicitada.

*Gabete do Primeiro Ministro*

14. Prédios rústicos situados em zonas de regadio

O Ministro da Economia pediu que fosse anunciado que o diploma que torna nulos determinados actos jurídicos relativos a prédios rústicos situados nas zonas de regadio foi apresentado à consideração do Conselho.

O Subsecretário de Estado do Ambiente criticou o diploma, que será discutido na próxima sessão.

O Conselho autorizou que a informação fosse dada.

## Fundação Cuidar o Futuro

15. Adjudicação de uma empreitada em Évora

O Conselho aprovou a fórmula proposta pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente.

16. Empreitada de Stº André - Área de Sines

O Ministro Vitor Alves informou que a empreitada em referência tem de ser adjudicada até ao dia 11 e racaiu na empresa J. Pimenta.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 60 -

*Subsídio do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes acha que não se pode aprovar sem que o problema de Sines seja discutido.

A decisão foi adiada.

17. TAP (continuação)

O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações e Ministro do Trabalho deram as últimas informações sobre a situação da TAP.

O Ministro do Trabalho pensa que se pode tentar acelerar os processos de saneamento e da judiciária e propor uma comissão de inspecção. Quanto aos salários, acha que é de manter solução firme e definir as atitudes a tomar se os trabalhadores a não aceitarem.

(O Ministro Magalhães Mota esteve presente a partir deste momento).

Pediu ao Ministro da Defesa informação sobre o problema dos aumentos no Arsenal do Alfeite, ao qual os trabalhadores da TAP fazem referência e que o Ministro das Finanças não aceita que tenham sido concedidos sem a sua autorização, que a lei exige.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 61 -

*Subsídios do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado dos Transportes também não vê qualquer razão para que se altere a decisão relativa à importância a dispender com os aumentos, visto que a situação da TAP se tem agravado.

O Ministro do Trabalho pensa que, se houve aumentos no Alfeite, há que tomar medidas concretas.

O Secretário de Estado do Tesouro entende também que a plataforma prevista não deve ser alterada.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal voltou a referir que a situação da TAP resulta da operação política que transcende o processo reivindicativo.

O Ministro Vitor Alves pensa que, quanto ao saneamento, se deve pedir prioridade à J.S.N. para a TAP. Quanto à administração, não se pode ceder, pois foi nomeada pelo Governo e ainda não teve tempo de causar prejuízos.

O Ministro da Coordenação Interterritorial propôs que se fizesse um relato público da situação da TAP.

O Ministro das Finanças lembrou haver na TAP trabalhadores que lá estão condicionalmente.



*Subsídio do Primeiro Ministro*

O Ministro do Trabalho voltou a referir-se ao problema do sindicato dos químicos, perguntando quem garante a democraticidade dentro dos sindicatos.

O Ministro Vitor Alves referiu-se ao COPCON para as desocupações e à Junta para a democraticidade.

O Ministro da Justiça, sobre o problema posto pelo Ministro do Trabalho, acha que a democracia em matéria sindical deve ser mantida em todas as circunstâncias. Pensa que, sejam quais forem as medidas, o processo vai desencadear-se.

E referiu novamente tratar-se de um problema de autoridade e de vontade.

O Ministro do Trabalho disse que em todos os casos de que tem tido conhecimento tem actuado da mesma maneira.

O Ministro Vitor Alves pensa que, a partir deste momento, há que recorrer às Forças Armadas.

O Ministro Álvaro Cunhal pensa que, com todo este conjunto de problemas, se pode duvidar se vai haver ou não eleições, pois se não se conta com suficiente decisão para controlar o desenvolvimento desta situação agora, será cada vez mais difícil consegui-lo.

*Gabinete do Primeiro-Ministro*

O Ministro Vitor Alves disse que, por isso, se devia pôr desde já o problema às Forças Armadas, não se tomando qualquer atitude que não seja o diálogo antes de se pôr o problema à J.S.N.

O Ministro Álvaro Cunhal considera inaceitável um processo que tende a | anular as forças políticas. Pensa que se deve avisar claramente que a situação se está a deteriorar de tal modo, que, a não se atalhar numa altura em que o processo já está desenhado, é de temer que em muito curto prazo as coisas se embarquem a ponto de não ser possível travar o que é, sem dúvida, um golpe da direita e da direita reaccionária.

O Ministro Vitor Alves disse que o Ministro Melo Antunes tinha pedido ao Governo <sup>que</sup> se reunisse com a JSN para concertar uma política de contenção., o que ainda não se conseguiu e continuam a considerar muito urgente. Também acham que agora só se poderá avançar em conjunto com a JSN, porque o avanço vai envolver muitas forças.

O Ministro Melo Antunes ia também lembrar essa proposta, que fez há mais de uma semana. Com a prova nítida, mais uma vez, de que o Governo não tem meios, não vê outra alternativa senão a de levar o problema à JSN.

Não pode continuar uma situação em que, há uma Junta que tem poderes mas tem acção separada do Governo. Pensa que os dois órgãos podem e devem continuar a manter-se, mas para afrontar os problemas concretos da sociedade portuguesa.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Neste momento não há outra possibilidade senão um forte entendimento entre eles, pois o que está a passar-se é uma tentativa de desagregação das próprias estruturas do Estado e das próprias eleições.

O Ministro Vitor Alves disse que amanhã será posto à Junta o problema da TAP, para obter uma preparação para a evolução da situação, e o de o Governo se encontrar com a JSN na primeira oportunidade.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que esta decisão não pode ser tomada na ausência do Primeiro Ministro.

O Ministro Vitor Alves disse que a sua proposta era para a hipótese de o Primeiro Ministro concordar, e se for este o consenso do Conselho, como os Ministros militares estarão amanhã com a JSN, não vale a pena re-discutir o assunto, a menos que o Primeiro Ministro não esteja de acordo com o que propôs.

O Ministro Melo Antunes lembrou que já quando fizera a proposta pela primeira vez, há mais de uma semana, assim fora.